

Ventos de São
Clemente Holding
S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Ventos de São Clemente Holding S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Clemente Holding S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Clemente Holding S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica

Veja a Nota 1.2, 4 (c), 14, 17 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, saldos de ressarcimentos a pagar e a receber por déficit ou excedente de geração oriundos de contratos significativos nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de provisão para ressarcimento e contas a receber, respectivamente, cuja contrapartida é a rubrica de receita de venda de energia elétrica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar e a receber e da parcela variável da receita de venda de energia elétrica envolve substancialmente dados utilizados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças.</p> <p>As variações de geração da energia e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, e da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração dos ressarcimentos a pagar e a receber e, conseqüentemente, do reconhecimento da parcela variável da receita de venda de energia elétrica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a ressarcimentos a receber e a pagar, e conseqüentemente, da parcela variável da receita de venda de energia elétrica.- Avaliação dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), o volume de geração de energia efetiva (MWh) e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças, através do confronto com as respectivas informações nos termos contratuais e do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).- Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do ressarcimento a pagar ou a receber nos contratos de geração de energia eólica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	37	12	98.269	39.367	Fornecedores	11	211	149	19.126	22.270
Fundos vinculados	6.b	-	-	14.776	-	Financiamentos	12	-	-	20.889	18.958
Contas a receber	7	-	-	22.574	26.357	Debêntures	13	16.036	9.261	16.036	9.261
Adiantamento a fornecedores		-	-	11.261	4.284	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	3.185	2.718
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		904	-	4.600	3.614	Obrigações tributárias	1	3	3	1.421	1.836
Tributos a recuperar		-	648	801	801	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	76	223
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	2.097	2.358	Provisão de ressarcimento	14	-	-	48.739	10.441
Estoques		-	-	900	900	Outras contas a pagar		-	-	307	992
Dividendos a receber	21	10.041	4.322	-	-	Total do passivo circulante		16.248	9.413	109.779	66.699
Outras contas a receber		791	292	294	294	Financiamentos	12	-	-	344.319	365.387
Total do ativo circulante		11.773	5.274	155.572	77.975	Debêntures	13	202.785	196.286	202.785	196.286
Contas a receber	7	-	-	2.006	-	Mútuos com partes relacionadas	21	13.042	13.042	-	-
Fundos vinculados	6.b	12	12	56.170	98.405	Provisão de ressarcimento	14	-	-	13.471	36.615
Despesas pagas antecipadamente	8	77	77	204	642	Obrigações tributárias		-	-	1.446	2.126
Depósitos judiciais	25	-	-	127	109	Total do passivo não circulante		215.827	209.328	562.021	600.414
Total do realizável a longo prazo		89	89	58.507	99.156	Patrimônio líquido	16				
Investimentos	9	654.498	651.346	-	-	Capital social		473.353	473.353	473.353	473.353
Imobilizado	10	60	60	892.052	927.997	Prejuízos acumulados		(39.008)	(35.325)	(39.008)	(35.325)
Intangível		-	-	14	13	Total do patrimônio líquido		434.345	438.028	434.345	438.028
Total do ativo não circulante		654.647	651.495	950.573	1.027.166	Total do passivo e patrimônio líquido		666.420	656.769	1.106.145	1.105.141
Total do ativo		666.420	656.769	1.106.145	1.105.141						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	17	-	-	186.765	155.785
Custos de operação	18	-	-	(115.069)	(93.238)
Lucro bruto		-	-	71.696	62.547
Despesas gerais e administrativas	19	(128)	(205)	(7.758)	(7.319)
Outras receitas (despesas) operacionais		256	-	1.799	(1.449)
Resultado com equivalência patrimonial	9	33.942	(11.049)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		34.070	(11.254)	65.737	53.779
Receitas financeiras	20	-	85	6.182	4.421
Despesas financeiras	20	(37.753)	(24.156)	(67.221)	(87.268)
Resultado financeiro líquido		(37.753)	(24.071)	(61.039)	(82.847)
Resultado antes dos tributos		(3.683)	(35.325)	4.698	(29.068)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15	-	-	(8.381)	(6.257)
Prejuízo do exercício		(3.683)	(35.325)	(3.683)	(35.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(3.683)</u>	<u>(35.325)</u>	<u>(3.683)</u>	<u>(35.325)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(3.683)</u>	<u>(35.325)</u>	<u>(3.683)</u>	<u>(35.325)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Controladora e consolidado				
	Nota	Capital subscrito	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		314.381	(43.528)	270.853
Subscrição e integralização de capital	16.a	202.500	-	202.500
Absorção do prejuízo do exercício	16.a	(43.528)	43.528	-
Prejuízo do exercício		-	(35.325)	(35.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		473.353	(35.325)	438.028
Prejuízo do exercício		-	(3.683)	(3.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		473.353	(39.008)	434.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos		(3.683)	(35.325)	4.698	(29.068)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Juros sobre financiamento	12	-	-	27.390	31.797
Custo de captação apropriado ao resultado	12/13	8	-	1.252	15.014
Juros sobre debêntures	13	37.479	23.457	37.479	23.457
Depreciação	10	-	-	47.628	47.703
Resultado de equivalência patrimonial	9	(33.942)	11.049	-	-
Depósitos judiciais	20	-	-	(18)	-
Provisões de ressarcimento	14	-	-	15.154	20.629
		(138)	(819)	133.583	109.532
Variações em:					
Contas a receber	7	-	-	1.777	(2.111)
Fundos vinculados reserva de ressarcimento	6.b	(12)	-	(14.776)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(256)	-	(986)	-
Tributos a recuperar		-	(4)	-	589
Outras contas a receber		4	(292)	(503)	(294)
Estoques		-	-	-	(650)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(6.977)	(1.664)
Despesas pagas antecipadamente	8	-	(17)	699	1.658
Fornecedores	11	62	107	(3.144)	2.569
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(147)	74
Obrigações tributárias		(2)	3	(1.095)	1.400
Outras contas a pagar		-	(1.619)	(182)	(848)
		(342)	(2.641)	108.249	110.255
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais					
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	12/13	(10.211)	(13.932)	(37.537)	(41.017)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.914)	(3.904)
		(10.553)	(16.573)	62.798	65.334
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento					
(Redução) / aporte de capital em investidas	9	24.240	(222.278)	-	-
Dividendos recebidos	21	328	9.525	-	-
Aquisição de intangível		-	-	(1)	(4)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	-	(60)	(11.683)	(14.998)
		24.568	(212.813)	(11.684)	(15.002)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos	12	-	-	-	2.868
Captação de debêntures	13	-	20.000	-	20.000
Pagamento de principal de financiamentos	12	-	-	(20.445)	(307.944)
Pagamento de principal de debêntures	13	(14.002)	(5.400)	(14.002)	(5.400)
Custo de captação financiamentos e debêntures	12/13	-	(762)	-	(777)
Integralização de capital	16.a	-	202.500	-	202.500
Fundos vinculados	6.b	12	(12)	42.235	(42.803)
Mútuos financeiros com partes relacionadas	21	-	13.042	-	-
		(13.990)	229.368	7.788	(131.556)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento					
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
		25	(18)	58.902	(81.224)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	12	30	39.367	120.591
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	37	12	98.269	39.367
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
		25	(18)	58.902	(81.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

Constituição e capacidade produtiva

A Ventos de São Clemente Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Echo Holding 1 S.A, tendo como controladora final Echoenergia Participações S.A. Foi constituída em 27 de dezembro de 2012, estabelecida na Avenida Barão de Studart, nº 2360, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, Fortaleza estado do Ceará. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

As controladas da Companhia possuem 8 (oito) centrais geradoras de energia eólica situada nos municípios de Caetés, Venturosa e Pedra no estado do Ceará, possuindo ao todo 126 (cento e vinte e seis) unidades geradoras de 1,715 MW médios, totalizando 216,09 MW médios de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 25 de novembro de 2014 a 28 de novembro de 2049.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 30 de dezembro de 2021, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
EOL Ventos de São Clemente 1	Port.627/2014	25/11/2014	35 anos	31,365	17,20
EOL Ventos de São Clemente 2	Port.628/2014	25/11/2014	35 anos	31,365	15,50
EOL Ventos de São Clemente 3	Port.631/2014	27/11/2014	35 anos	31,365	15,20
EOL Ventos de São Clemente 4	Port.639/2014	28/11/2014	35 anos	31,365	15,70
EOL Ventos de São Clemente 5	Port.632/2014	27/11/2014	35 anos	31,365	18,60
EOL Ventos de São Clemente 6	Port.633/2014	27/11/2014	35 anos	27,675	15,20
EOL Ventos de São Clemente 7	Port.640/2014	28/11/2014	35 anos	25,830	13,00
EOL Ventos de São Clemente 8	Port.634/2014	27/11/2014	35 anos	22,140	11,70

1.2 Contratos de venda de energia

Em 30 de dezembro de 2021, as controladas possuem os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo em dezembro de 2036:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado por MW (**)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Ventos de São Clemente I	LEN 3/2014(*)	15,30/Mwh	R\$ 189,10	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente II	LEN 3/2014(*)	14,20/Mwh	R\$ 190,10	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente III	LEN 3/2014(*)	14,50/Mwh	R\$ 189,50	IPCA	Janeiro

EOL Ventos de São Clemente IV	LEN 3/2014(*)	14,60/Mwh	R\$ 190,00	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente V	LEN 3/2014(*)	15,70/Mwh	R\$ 189,40	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VI	LEN 3/2014(*)	13,30/Mwh	R\$ 188,90	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VII	LEN 3/2014(*)	10,70/Mwh	R\$ 190,20	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VIII	LEN 3/2014(*)	9,50/Mwh	R\$ 188,90	IPCA	Janeiro

(*) Leilão de energia nova

(**) Em 31 de dezembro de 2021

1.3 Efeitos COVID 19

a. Contexto geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho *home office* para todos os colaboradores das áreas corporativas, também, foram remanejadas todas as reuniões presenciais para *online*, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade. Todos os casos suspeitos e/ou confirmados são monitorados diariamente pela Companhia.

Nas plantas operacionais foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do Corona Vírus. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e fazemos o monitoramento constante da situação. Em caso suspeito a pessoa e todos que tiveram contato com ela são colocadas em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não

são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir estão elencados os dois principais pontos acompanhados pela Companhia:

i. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

ii. Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES

A Companhia obteve em junho de 2020 junto ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) a aprovação para suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses, a transação é conhecida no mercado como *Stand still*.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações Financeiras e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e de suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e de suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão de ressarcimento (nota explicativa nº 14) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as

demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas, listadas a seguir:

	% de Participação	
	2021	2020
Controladas diretas:		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%

4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia e/ou suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	--

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e/ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e/ou suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas não celebraram contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. As controladas da Companhia não possuem obrigação contratual para desmontagem ou restauração do local onde os ativos imobilizados estão instalados, portanto, nenhuma provisão foi constituída

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Outros equipamentos	16 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pelas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos das controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas devem considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas devem considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas concluíram que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício das controladas são calculados com base no lucro presumido. Para a controladora os saldos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base no lucro real.

Lucro presumido

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social das controladas é calculada mediante percentual de presunção de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins para as controladas são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional das controladas. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

Na controladora é calculado com base no regime não cumulativo, aplicando-se a alíquota de 7,6% para a Cofins e 1,65% para o Pis, exceto em relação as receitas financeiras onde o percentual para o Pis é de 0,65% e 4% para a Cofins.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Os critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos são listados a seguir:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil é realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus contratos de arrendamentos e todos possuem somente valor de contraprestação variável, portanto, não reconheceram os passivos de arrendamento em contrapartida aos ativos de direito de uso. Os valores incorridos das contraprestações são registrados no resultado do exercício como arrendamento operacional

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a companhia não espera impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos de caixa e bancos	37	11	2.977	2.521
Aplicações financeiras (a)	-	1	95.292	36.846
Total de caixa e equivalentes de caixa	37	12	98.269	39.367

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 102,89% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização. A conta Centralizadora se refere aos montantes de venda de energia firmados no ambiente CCEE.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures (i)	-	-	17.092	11.800
Centralizadora	12	12	10.503	10.319
Reserva O&M	-	-	4.505	4.373
Reserva de dívida BNDES	-	-	12.394	11.527
Reserva acumulada (ii)	-	-	-	60.386
Reserva especial (iii)	-	-	26.452	-
Total	12	12	70.946	98.405
Circulante	-	-	14.776	-
Não circulante	12	12	56.170	98.405

- (i) As debêntures são de titularidade da Companhia, entretanto, com a geração de recursos sendo originada nas investidas, estas possuem a obrigação de manter conta reserva para pagamento do serviço da dívida das debêntures conforme calendário de pagamentos estabelecido contratualmente, mediante redução de capital.
- (ii) Em decorrência da repactuação dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as controladas passaram a constituir montantes relacionados as contas de Reserva acumulada, com o

objetivo de assegurar percentuais relacionados aos saldos das provisões para ressarcimento quadrienal. No último dia útil dos anos de 2020, 2024, 2028 e 2032, o saldo total será transferido para conta Reserva especial.

(iii) Nos anos de 2021, 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva de especial para a conta Centralizadora das controladas, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva de especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos.

7 Contas a receber – consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Transações realizadas no ACR (a)	23.964	20.360
Transações realizadas no MCP (b)	888	6.269
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(272)</u>	<u>(272)</u>
Total	<u>24.580</u>	<u>26.357</u>
Circulante	22.574	26.357
Não circulante	2.006	-

- a) Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- b) Transações de *Swap* de lastro no Mercado de Curto Prazo.
- c) Com exceção do valor reconhecido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$ 272, a Companhia não reconheceu outras perdas para créditos de liquidação duvidosa, pois os respectivos recebíveis não apresentam indícios de risco de crédito

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar (*)	-	-	2.110	2.801
Fianças e compromisso	<u>77</u>	<u>77</u>	<u>191</u>	<u>199</u>
Total	<u>77</u>	<u>77</u>	<u>2.301</u>	<u>3.000</u>
Circulante	-	-	2.097	2.358
Não circulante	77	77	204	642

(*) Referente a cobertura para riscos operacionais.

9 Investimentos – controladora

a. Composição

2021				
	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Investidas				
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	100.710	3.692	100.709
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	84.890	4.252	84.890
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	100%	57.530	4.297	57.530
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	100%	65.216	5.366	65.217
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	100%	83.003	5.259	83.003
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	100%	90.489	4.128	90.488
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	100%	77.863	2.488	77.863
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	100%	94.797	4.460	94.798
Total dos investimentos		654.498	33.942	654.498

2020				
	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Investidas				
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	100.666	(1.666)	100.666
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	84.525	(1.692)	84.525
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	100%	57.323	(389)	57.323
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	100%	64.169	(51)	64.169
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	100%	82.084	(719)	82.084
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	100%	89.946	(2.052)	89.946
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	100%	79.046	(2.037)	79.046
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	100%	93.587	(2.443)	93.587
Total dos investimentos		651.346	(11.049)	651.346

b. Movimentação

	2020	(Redução) de capital	Distribuição de lucros e dividendos	Equivalência patrimonial	2021
Investidas					
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100.666	(3.044)	(605)	3.692	100.709
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	84.525	(3.068)	(819)	4.252	84.890
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	57.323	(3.069)	(1.021)	4.297	57.530
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	64.169	(3.043)	(1.275)	5.366	65.217
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	82.084	(3.091)	(1.249)	5.259	83.003
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	89.946	(3.093)	(493)	4.128	90.488
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	79.046	(3.564)	(107)	2.488	77.863
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	93.587	(2.771)	(478)	4.460	94.798
Total líquido investido	651.346	(24.743)	(6.047)	33.942	654.498

Ventos de São Clemente Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021*

	2019	Aumento/ Redução de capital	Distribuição de lucros e dividendos	Equivalência patrimonial	2020
Investidas					
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	51.182	51.150	-	(1.666)	100.666
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	60.102	26.115	-	(1.692)	84.525
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	63.792	(830)	(5.250)	(389)	57.323
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	60.300	3.920	-	(51)	64.169
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	51.364	31.439	-	(719)	82.084
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	47.534	44.464	-	(2.052)	89.946
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	67.965	13.118	-	(2.037)	79.046
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	43.128	52.902	-	(2.443)	93.587
Total líquido investido	<u>445.367</u>	<u>222.278</u>	<u>(5.250)</u>	<u>(11.049)</u>	<u>651.346</u>

A seguir resumo das informações financeiras das controladas da Companhia em 31/12/2021:

	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimôni o líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Controladas						
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	98.767	157.928	57.219	100.709	23.323	3.693
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	82.263	148.216	63.326	84.890	23.511	4.252
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	48.709	138.476	80.946	57.530	26.126	4.297
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	52.401	146.377	81.160	65.217	25.823	5.365
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	78.019	153.592	70.589	83.003	27.083	5.259
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	88.906	135.584	45.096	90.488	21.546	4.129
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	77.519	129.204	51.341	77.863	22.398	2.488
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	93.258	108.866	14.068	94.798	16.955	4.459
Total	<u>619.842</u>	<u>1.118.243</u>	<u>463.745</u>	<u>654.498</u>	<u>186.765</u>	<u>33.942</u>

A seguir resumo das informações financeiras das controladas da Companhia em 31/12/2020:

	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Controladas						
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	101.811	154.645	53.979	100.666	20.232	(1.666)
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	85.332	148.713	64.189	84.525	19.217	(1.692)
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	51.778	141.747	84.425	57.323	21.105	(389)
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	55.445	148.262	84.093	64.169	21.845	(51)
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	81.112	152.105	70.019	82.084	22.540	(719)
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	91.999	133.586	43.638	89.946	17.952	(2.052)
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	81.082	132.668	53.623	79.046	18.751	(2.037)
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	96.029	105.358	11.772	93.587	14.143	(2.443)
Total	<u>644.588</u>	<u>1.117.084</u>	<u>465.738</u>	<u>651.346</u>	<u>155.785</u>	<u>(11.049)</u>

10 Imobilizado – Consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

		31/12/2021		31/12/2020	
	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Consolidado					
Imobilizado em andamento	-	31.668	-	31.668	20.791
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	1.099.682	(257.007)	842.675	888.805
Benfeitorias	30 anos	20.485	(3.583)	16.902	17.513
Móveis e utensílios	16 anos	1.246	(442)	804	882
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	18	(15)	3	6
Total		1.153.099	(261.047)	892.052	927.997

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2021			
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Consolidado				
Imobilizado em andamento (*)	20.791	10.877	-	31.668
Máquinas e equipamentos	888.805	806	(46.936)	842.675
Benfeitorias	17.513	-	(611)	16.902
Móveis e utensílios	882	-	(78)	804
Equipamentos e Processamento de Dados	6	-	(3)	3
Total	927.997	11.683	(47.628)	892.052
	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Consolidado				
Imobilizado em andamento	3.309	17.482	-	20.791
Máquinas e equipamentos	934.990	825	(47.010)	888.805
Benfeitorias	18.124	-	(611)	17.513
Móveis e utensílios	962	-	(80)	882
Equipamentos e Processamento de Dados	8	-	(2)	6
Total	957.393	18.307	(47.703)	927.997

(*) Referente a obras de melhorias nos parques eólicos com o intuito de mitigar problemas com barulho e sombra ao redor dos parques.

Determinados ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 12.a.

11 Fornecedores

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Materiais e serviços (a)	124	128	11.816	8.527
Provisões (b)	87	21	1.616	2.775
Partes relacionadas (c)	-	-	5.694	8.993
Seguros	-	-	-	1.949
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	26
Total	<u>211</u>	<u>149</u>	<u>19.126</u>	<u>22.270</u>

- (a) Refere-se a obrigações referentes a manutenção do parque eólico.
- (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as referidas faturas.
- (c) Conforme nota explicativa nº 21.

12 Financiamentos – Consolidado

	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos				
Financiamentos BNDES (a)	2,55% a.a. + TJLP	Jun/2033	<u>365.208</u>	<u>384.345</u>
Total			<u>365.208</u>	<u>384.345</u>
Circulante			20.889	18.958
Não circulante			344.319	365.387

- (a) Referente aos financiamentos reconhecidos nas Controladas.

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>384.345</u>	<u>669.710</u>
Captação de empréstimos	-	2.868
Juros incorporados a dívida	27.390	31.797
Custo de captação	-	(15)
Custo de captação incorrido (*)	1.244	15.014
Juros pagos	(27.326)	(27.085)
Amortização do principal (*)	<u>(20.445)</u>	<u>(307.944)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>365.208</u>	<u>384.345</u>

- (*) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, as Controladas realizaram amortizações parciais antecipadas previstas nos contratos de financiamentos do BNDES, amortizando os custos de captação proporcionalmente.

A seguir é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>31/12/2021</u>
2023	22.489
2024	24.354

2025	26.376
2026	28.566
2027 a 2033	242.534
Total	344.319

a. Garantias

Os contratos de financiamento com BNDES têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como algumas destacadas a seguir:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos credores, exceto contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e suas controladas.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização dos credores, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter índice de cobertura de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,20 vezes.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

Os Covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos..

13 Debêntures – Controladora e Consolidado

	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures São Clemente	ICPA + 8% a.a	Out/30	218.821	205.547
			218.821	205.547
Circulante			16.036	9.261
Não circulante			202.785	196.286

As características das debêntures são simples, não conversíveis e negociáveis, em mercado secundário, tendo sido emitidas no decorrer do exercício de 2017. Representam uma série única de 180.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.

Em abril de 2020, houve a segunda emissão de 20 debêntures, com valor unitário de R\$1.000, totalizando R\$20.000, debêntures estas simples, não conversíveis, com vencimento para dezembro de 2029.

As movimentações das debêntures, são apresentadas conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	205.547	182.185
Captação de debêntures	-	20.000
Custo de captação de debêntures	-	(762)
Custo de captação incorrido	8	-
Juros pagos	(10.211)	(13.933)
Amortização do principal	(14.002)	(5.400)
Juros incorporados a dívida	37.479	23.457
Saldo em 31 de dezembro	218.821	205.547

a. Garantias

As debêntures de São Clemente têm como garantias penhor de ações, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- (b) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20.
- (c) Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes.

Os Covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos.

14 Provisão de ressarcimento – consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ressarcimento – Anual em formação	1.683	-
Provisão para ressarcimento – Anual formado	10.441	10.441
Provisão para ressarcimento – Quadrienal formado	50.086	-
Provisão para ressarcimento – Quadrienal em formação	-	36.615
Total	62.210	47.056
Circulante	48.739	10.441
Não circulante	13.471	36.615

Valores provenientes de contratos de geração de energia elétrica firmados com clientes, onde nos quais, existem cláusulas que obrigam suas controladas no caso de geração de energia elétrica abaixo do contratado a restituir os respectivos valores aos clientes.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do despacho 2303 de 2019, suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais apurados a partir de agosto de 2019 até que os critérios e procedimentos para reconhecimento do *Constrained-off* fossem divulgados para abatimento dos saldos a pagar de ressarcimento. Em 23/03/2021 a ANEEL estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas, porém, em 26/11/2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio do CO 870/21, postergou o processamento do valor do *Constrained-off*, por inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (ONS), com isso, permanece suspensa a exigibilidade de pagamento dos saldos de ressarcimento enquanto os reguladores não divulgarem os critérios e procedimentos finais para apuração e posterior abatimento do *Constrained-off*

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 8.381 (R\$ 6.257 em 31 de dezembro de 2020).

As controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e, em 31/12/2021, apresentava prejuízo fiscal, desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	<u>31/12/2021</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Controladora		
Cálculo do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(3.683)	(3.683)
Receita com equivalência patrimonial	(33.942)	(33.942)
Prejuízo fiscal	(37.625)	(37.625)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	(9.406)	(3.386)
	<u>31/12/2020</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Controladora		
Cálculo do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(35.325)	(35.325)
Perda com equivalência patrimonial	11.049	11.049
Outras despesas não dedutíveis	21	21
Prejuízo fiscal	(24.255)	(24.255)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	(6.064)	(2.183)

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos por não possuir expectativa de recuperabilidade futura dos impostos, bem como históricos de lucros tributáveis. O saldo acumulado do prejuízo

fiscal acumulado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.488, resultando em um ativo fiscal diferido não reconhecido de R\$ 29.066, em 31 de dezembro de 2020 R\$ 76.082, ativo fiscal diferido não reconhecido de R\$ 25.868.

	31/12/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	193.840	193.840
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	15.507	23.261
Demais receitas	7.650	7.650
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	5.599	2.782
Alíquota efetiva	26%	9%

	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	161.668	161.668
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	12.933	19.400
Demais receitas	3.883	3.883
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	4.162	2.095
Alíquota efetiva	25%	9%

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$473.353 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e está representado por 481.298 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Não ocorrem movimentações de capital para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi integralizado o montante de R\$202.500 de capital social. Adicionalmente, houve redução de capital social por meio de absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 43.528.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. A Companhia apresenta prejuízos acumulados, e por consequência não há dividendos a serem distribuídos nos exercícios de 2021 e 2020.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia incorreu em prejuízos nos exercícios de 2021 e 2020, portanto não foram destinados saldos para reserva legal.

17 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de energia elétrica (a)	190.222	159.111
Outras receitas operacionais (b)	3.618	2.557
Total da receita operacional bruta	193.840	161.668
Volume gerado em MWh	930.689	853.098
Deduções da receita	(7.075)	(5.883)
- PIS	(1.260)	(1.048)
- COFINS	(5.815)	(4.835)
Receita operacional líquida	186.765	155.785

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria e revenda.
- (b) Refere-se a recebimentos por parte do fornecedor de manutenção da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque.

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	31/12/2021	31/12/2020
CCEAR (a)	165.833	151.252
MCP CCEE (b)	24.389	7.859
Receita operacional líquida	190.222	159.111

- a) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
- b) Mercado de Curto Prazo – CCEE.

18 Custo de operação – Consolidado

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(47.628)	(47.703)
Custos compartilhados (i)	-	(3.513)
Engenharia e gestão de processos O&M	(16.617)	(16.566)
Encargos de conexão e transmissão	(10.784)	(9.978)
Compra de energia (ii)	(20.890)	(6.216)
Gastos com pessoal	(3.756)	(872)

Serviços de terceiros	(4.040)	(2.251)
Taxas e alvarás diversos	(1.745)	(698)
Locações e aluguéis	(2.927)	(2.959)
Seguros	(2.556)	(1.487)
Materiais		(320)
Gastos diversos	<u>(4.126)</u>	<u>(675)</u>
Total	<u>(115.069)</u>	<u>(93.238)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 21. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de geração, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.
- (ii) As compras de energia são decorrentes de liquidação financeira na CCEE, para as negociações de *Swap* de lastro. A variação entre os períodos refere-se à oscilação da PLD e no aumento das operações de *Swap* de lastro.

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas compartilhadas (i)	-	-	-	(5.341)
Gastos com pessoal	-	-	(3.381)	(2)
Serviços de terceiros	(50)	(53)	(2.919)	(1.056)
Legais, judiciais e publicações	(53)	(81)	(179)	(341)
Locações e aluguéis	(10)	-	-	(20)
Gastos diversos	-	-	-	(20)
Despesas com Cartório	-	(51)	-	(56)
Taxas e alvarás diversos	-	(12)	-	(405)
Impostos	-	(8)	-	-
Serviços com consultoria financeira	-	-	(707)	-
Despesas diversas	(15)	-	(572)	-
Materiais	-	-	-	(78)
Total	<u>(128)</u>	<u>(205)</u>	<u>(7.758)</u>	<u>(7.319)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 21. Ao longo do ano de 2021, as controladas passaram a reconhecer o compartilhamento das despesas de em linhas, na rubrica de despesas gerais e administrativas específicas, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em despesas compartilhadas.

20 Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações financeiras	-	85	6.164	4.421
Correção monetária depósitos judiciais	-	-	18	-
Receias financeiras	<u>-</u>	<u>85</u>	<u>6.182</u>	<u>4.421</u>
Juros sobre financiamentos	-	-	(27.390)	(31.797)

Taxa de pré-pagamento (financiamentos) (i)	-	-	-	(7.916)
Tarifas bancárias	(2)	(3)	(55)	(48)
Juros sobre debêntures (ii)	(37.479)	(23.457)	(37.479)	(23.457)
Juros diversos	(223)	(157)	(756)	(936)
IOF	-	(1)	(2)	(24)
Juros (Fornecedores)	-	(2)	(2)	(6)
Despesa captação de financiamentos (i)	(8)	(2)	(1.252)	(15.001)
Fianças e comissões bancárias	(41)	(529)	(285)	(8.078)
Outras despesas financeiras	-	(5)	-	(5)
Despesas financeiras	(37.753)	(24.156)	(67.221)	(87.268)
Resultado financeiro	(37.753)	(24.071)	(61.039)	(82.847)

(i) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, as Controladas realizaram amortizações parciais antecipadas previstas nos contratos de financiamentos do BNDES, com isto, houve o pagamento de uma taxa para efetuar o pré-pagamento, assim como, foram baixados os custos de captação proporcionalmente atrelados às dívidas no momento da repactuação.

(ii)

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com partes relacionadas, as quais estão descritas abaixo:

Dividendos	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. (i)	1.188	583
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A. (i)	1.365	546
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A. (i)	1.021	
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A. (i)	3.473	2.526
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A. (i)	1.916	667
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A. (i)	493	-
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A. (i)	107	-
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A. (i)	478	-
Total	10.041	4.322

As movimentações dos dividendos a receber aconteceram da seguinte forma:

	31/12/2020	Distribuição de lucros e dividendos		31/12/2021
		Pagamentos	Pagamentos	
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	583	605	-	1.188
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	546	819	-	1.365
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	-	1.021	-	1.021
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	2.526	1.275	(328)	3.473
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	667	1.249	-	1.916
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	-	493	-	493
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	-	107	-	107
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	-	478	-	478
Total	4.322	6.047	(328)	10.041

Outras contas a receber	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. (iv)	62	-
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A. (iv)	62	-
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A. (iv)	62	-
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A. (iv)	62	-
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A. (iv)	63	-
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A. (iv)	63	-
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A. (iv)	73	-
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A. (iv)	56	-
	503	-
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (ii) – Nota explicativa nº 11	5.694	8.993
Total	5.694	8.993
 <u>Mútuos com Companhias do grupo</u>		
Passivo		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. (iii)	1.605	1.605
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A. (iii)	1.617	1.617
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A. (iii)	1.617	1.617
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A. (iii)	1.604	1.604
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A. (iii)	1.630	1.630
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A. (iii)	1.630	1.630
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A. (iii)	1.878	1.878
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A. (iii)	1.461	1.461
	13.042	13.042
 Resultado		
Compartilhamento de custos (ii)	(4.047)	(3.513)
Compartilhamento de despesas (ii)	(6.346)	(5.341)
Total	(10.393)	(8.854)

- (i) Dividendos a receber pela controladora de seus acionistas.
- (ii) As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora indireta Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação; e
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

- (iii) Contrato de mútuo pactuado com as Controladas com a finalidade de suprir recursos para o pagamento do serviço da dívida das debêntures emitidas pela Controladora. O respectivo contrato não prevê a incidência de juros com base no Decreto nº10.305 de 03 de abril de 2020.
- (iv) Valores referentes reduções de capital social nas controladas aprovadas em assembleia geral extraordinária, nota para pagamento de serviço da dívida das debentures da Controladora, onde a efetiva movimentação financeira irá ocorrer no primeiro trimestre de 2022.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Controladora		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	37	-	11	-
Aplicações financeiras	6.a	-	-	-	1
Fundos vinculados	6.b	-	12	-	12
Passivos financeiros					
Fornecedores	11	211	-	149	-
Debêntures	13	218.821	-	205.547	-

	Nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	6.a	2.977	-	2.521	-
Aplicações financeiras	6.a	-	95.292	-	36.846
Fundos vinculados	6.b	-	70.946	-	98.405
Contas a receber	7	24.580	-	26.357	-
Depósitos judiciais		127	-	109	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	11	19.126	-	22.270	-
Debêntures	13	218.821	-	205.547	-
Financiamentos	12	365.208	-	384.345	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora						
		31/12/2021		31/12/2020		
Nota	Nível(*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	37	37	12	12
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	12	12	12	12
Fornecedores	11	Nível 2	211	211	149	149
Debêntures	13	Nível 2	218.821	218.821	205.547	205.547
Total			219.081	219.081	205.720	205.720
Consolidado						
		31/12/2021		31/12/2020		
Nota	Nível(*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	98.269	98.269	39.367	39.367
Contas a receber	7	Nível 2	24.580	24.580	26.357	26.357
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	70.946	70.946	98.405	98.405
Depósitos judiciais	-	Nível 2	127	127	109	109
Fornecedores	11	Nível 2	19.126	19.126	22.270	22.270
Financiamentos	12	Nível 2	365.208	365.208	384.345	384.345
Debêntures	13	Nível 2	218.821	218.821	205.547	205.547
Total			797.077	797.077	776.400	776.400

(*) A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia e suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com *rating* AAA e aprovadas pela controladora, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber das controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Caixa e equivalentes de caixa	6.a	37	12	98.269	39.367
Fundos vinculados	6.b	12	12	70.946	98.405
Contas a receber	7	-	-	24.580	26.357
Total das transações no resultado		<u>49</u>	<u>24</u>	<u>193.795</u>	<u>164.129</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Controladora						
Fornecedores	211	(211)	(211)	-	-	-
Debêntures	218.821	(368.294)	(29.189)	(32.201)	(112.583)	(194.321)
Total	219.032	(368.505)	(29.400)	(32.201)	(112.583)	(194.321)

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Consolidado						
Fornecedores	19.126	(19.126)	(19.126)	-	-	-
Debêntures	218.821	(368.294)	(29.189)	(32.201)	(112.583)	(194.321)
Financiamentos	365.208	(570.974)	(50.301)	(50.406)	(148.864)	(321.403)
Total	603.155	(958.394)	(98.616)	(82.607)	(261.447)	(515.724)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

Riscos e taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e

suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2020	31/12/2021	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
IPCA (b)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	TJLP	(365.208)	(21.182)	(26.478)	(31.773)	(15.887)	(10.591)
Debêntures	IPCA	(218.821)	(11.007)	(13.758)	(16.510)	(8.255)	(5.503)
Total		<u>(584.029)</u>	<u>(32.189)</u>	<u>(40.236)</u>	<u>(48.283)</u>	<u>(24.142)</u>	<u>(16.094)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>166.238</u>	<u>19.117</u>	<u>23.897</u>	<u>28.676</u>	<u>14.338</u>	<u>9.559</u>

- (a) Taxa de juros de longo prazo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Boletim Focus.
(c) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

24 Informações complementares ao fluxo de caixa

A seguir são divulgados os efeitos não caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(Aumento) redução em despesas pagas antecipadamente	7	-	-	-	3.309
(Aumento) redução em imobilizado	10	-	-	-	(3.309)

Outras contas a receber	21	(503)	-	-	-
Investimentos	9	503	-	-	-

25 Contingências e depósitos judiciais

Em e 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme a assessoria jurídica do Grupo, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	7.062	7.062
Cível (ii)	2.812	2.592
Total	9.874	7.062

- (i) A Companhia e suas controladas possuem ações de execução fiscal proposta pelo Município de Venturosa-PE em 12/03/2020, pleiteando execução de dívida de ISS. A Companhia apresentou defesa tempestivamente e seguro garantia, sendo que nesse momento os autos estão conclusos com o juiz.
- (ii) Se referem às ações em que, os arrendatários onde os parques eólicos das controladas encontram-se instalados, pleiteiam indenizações morais e materiais em decorrência do funcionamento dos parques eólicos, onde, para alguns destes processos as Controladas efetuaram depósitos judiciais de R\$ 127, em 31 de dezembro de 2020 R\$ 109.

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos das controladas para os anos subsequentes.

	<u>Consolidado</u>				
	2021	2022	2023	2024	2025 a 2037
(CUST / CCT) (a)	11.850	11.850	11.850	11.850	130.352
Contratos de (O&M) (b)	21.039	21.806	22.496	23.193	231.930
Total	32.889	33.656	34.346	35.043	362.282

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2021 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

c. Fianças bancárias

Por imposição contratual derivada dos contratos de financiamentos, debêntures e fornecedores a Companhia possuía compromissos futuros de contratar fianças bancárias. Com a repactuação dos financiamentos das Controladas junto ao BNDES, a obrigação de contratação de fianças bancárias, não seja mais exigida, pelo credor.

d. Aluguéis dos parques eólicos

As Controladas da Companhia possuem contratos de arrendamentos firmados até março de 2058, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

27 Eventos subsequentes

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084 assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.